



PRÁTICAS DE INICIAÇÃO À DOCÊNCIA EM EDUCAÇÃO ESPECIAL: UMA EXPERIÊNCIA NOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL

Genigleide Santos da Hora¹

Sandra Cristina Souza Reis Abreu²

RESUMO

O objetivo deste estudo é relatar a experiência de intervenções colaborativas e de práticas na iniciação à docência, desenvolvidas no âmbito do Subprojeto Interdisciplinar: Educação Inclusiva das Licenciaturas em Pedagogia e Matemática. As ações ocorreram em salas de aulas dos anos iniciais da educação básica de uma escola municipal no sul da Bahia, a partir de trajetórias vinculadas ao Programa Institucional da Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID), conforme o Edital CAPES nº 10/2024 e a Portaria CAPES nº 90/2024. No texto, descrevem-se as atividades realizadas junto à coordenação de área durante o processo formativo das bolsistas e das professoras supervisoras, bem como as intervenções lúdicas empreendidas na escola por bolsistas ao desenvolverem estratégias pedagógicas para cada oficina inclusiva junto aos alunos do 3º e 5º anos do ensino fundamental. O ensino colaborativo favorece a compreensão da interdisciplinaridade, mediante abordagens didático-pedagógicas inclusivas, contribuindo para superação das dificuldades de aprendizagem dos alunos com deficiência, especialmente nos processos mediados da leitura, escrita e da internalização do número.

Palavras-chave: Ensino colaborativo. Inclusão escolar. Formação de professores. Interdisciplinar. Políticas públicas.

INTRODUÇÃO

Um dos objetivos do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID) é fomentar a iniciação à docência, contribuindo para o fortalecimento da formação de docentes em nível superior e para a melhoria da qualidade da educação básica pública brasileira. Assim, entre tantos acontecimentos vivenciados no contexto escolar, buscou-se que as licenciandas desenvolvessem atitudes investigativas sobre a aprendizagem das crianças, e

¹ Doutora e Mestre em Educação pela UFBA – bolsa FAPESB. Doutorado Sanduíche Capes Universidade do Minho, Portugal. Professora e Pesquisadora da Educação Especial e Inclusiva, Departamento de Ciência da Educação – Dcie, da Universidade Estadual de Santa Cruz – Uesc, coordenadora de área Subprojeto Interdisciplinar Pedagogia/Matemática – Pibid. E-mail: gshora@uesc.br

² Doutorado pela UfsCar – bolsa Capes, Doutorado Sanduíche Capes Universidade do Porto – UP, Programa de Pós-Graduação em Educação. Professora, Pesquisadora educação científica crítica. Professora adjunta do Departamento de Ciências da Educação – DCIE, Universidade Estadual de Santa Cruz – Uesc, Coordenadora institucional do Programa Institucional de Iniciação à docência – Pibid. E-mail: rabreu@uesc.br



realizando suas atividades de intervenção pedagógica inicial. É no ir e vir do diálogo pedagógico, do vivido, registrado e ressignificado como processo de construção de novos conhecimentos teórico-práticos – que retratam as bases dessa experiência didática, cabendo compartilhar aqui os ocorridos nesse cenário.

O presente texto resulta do relato de experiências que descrevem os contextos de intervenções colaborativas e de práticas da iniciação à docência, desenvolvidas por meio de atividades pedagógicas do Subprojeto Interdisciplinar: Educação Inclusiva das Licenciaturas em Pedagogia e Matemática. Tais ações, vinculadas à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), através do Edital CAPES nº 10/2024, da Portaria CAPES nº 90/2024, que tem por finalidade.

Destacam-se, nesse aspecto, as discussões em todo o país acerca deste Programa PIBID, instituído pelo Ministério da Educação – MEC, em 2007, institucionalizado, em 2010, por meio do Decreto nº 7.219. Desde então, os legisladores procuram listar sua relevância no âmbito nacional. O programa ao promover iniciação à docência, orienta ações voltadas à formação inicial que possibilitam ao discente vivenciar o exercício da prática pedagógica sob orientações e reflexões antes e durante sua atuação profissional em escolas públicas de Educação Básica.

Ao mesmo tempo, o PIBID propõe intervenções no contexto educacional brasileiro que enfrenta inúmeros desafios, como a recomposição das aprendizagens no pós-pandemia, ações que implicam para as necessidades de uma prática pedagógica mais inclusiva e da valorização do professor. Nesse sentido, assume papel estratégico ao integrar a formação teórica das licenciandas às demandas reais das escolas públicas, especialmente nos anos iniciais do ensino fundamental.

Diante desse cenário, observa-se que o PIBID se aproxima das práticas extensionistas, entendidas como a interação entre a universidade e a sociedade, que envolve atividades práticas – curriculares ou extracurriculares – que aplicam o conhecimento acadêmico no mundo concreto. A proposta envolve a troca de saberes, o desenvolvimento de projetos e a promoção de transformações sociais, fortalecendo o senso crítico e a formação profissional dos estudantes, ao mesmo tempo em que beneficia a comunidade local.

As intervenções realizadas pelas bolsistas do PIBID evidenciaram o aprimoramento formativo do futuro docente na educação básica, por meio de atividades práticas em escolas





públicas, incluindo planejamento de aulas, metodologias inovadoras, o suporte individualizado aos alunos (reforço, recuperação e elaboração de roteiros de estudo), e a concepção de projetos de intervenção pedagógica voltados a dificuldades específicas de aprendizagem, especificamente na construção do número, leitura e da escrita. A finalidade é integrar a teoria acadêmica com a prática em sala de aula, promovendo uma educação mais dinâmica e preparando futuros professores para desafios do cotidiano escolar.

Este relato refere-se às ações desenvolvidas, a partir de intervenções lúdicas na escola pública da rede municipal, localizada em Ilhéus – Bahia, a partir das vivências dos estudantes do curso de Licenciatura em Pedagogia, na condição de bolsistas do PIBID, entre novembro de 2024 a outubro de 2025.

A metodologia adotada é de natureza qualitativa, com abordagem descritiva e reflexiva, fundamentadas nas experiências vivenciadas durante atuação no Subprojeto Interdisciplinar: Educação Inclusiva na Pedagogia, bem como nas observações e registros produzidos ao longo das atividades desenvolvidas na escola. Os resultados buscam evidenciar como as ações contribuíram para a condução das aprendizagens de alunos do 3º e do 5º anos, de anos iniciais do ensino fundamental da educação básica.

E para tanto, a análise dos resultados contou com os pressupostos teóricos da Psicologia Histórico-Cultural, parte especialmente nos conceitos mediações da obra de Vygotsky (2007, 2004), por explicitarem sentidos e significados relacionados às funções psicológicas superiores, entre outros referenciais que sustentaram as discussões.

Este artigo estrutura-se em cinco etapas principais, a saber: na primeira, com a introdução, expõe-se os elementos iniciais do trabalho os aspectos conceituais e acadêmicos do artigo; na segunda etapa referenciou-se os estudos teóricos na área formativa e das políticas públicas às formações iniciais, a partir do PIBID, os quais assinala-se atuação do Subprojeto Interdisciplinar: Educação Inclusiva na Pedagogia em busca de mais visibilidade para o desenvolvimento de práticas docentes iniciais.

Na terceira destacam-se os aspectos metodológicos e das análises da vivência concernentes ao percurso da mediação no contexto que originou os subsídios teóricos interpostos a partir da prática pedagógica inclusiva. E, na quarta etapa, as análises dos dados fundamentados em marcos do desenvolvimento nas áreas pessoal e social, linguagem, motor fino e grosso ao promover o desenvolvimento infantil. Na quinta e última etapa, as





considerações finais, destacando as principais contribuições das bolsistas do Curso de Pedagogia vinculado ao Subprojeto Interdisciplinar para o contexto dos anos iniciais da educação do ensino fundamental em uma escola municipal de Ilhéus, Bahia – Brasil.

REFERENCIAL TEÓRICO

A Educação pública é um direito basilar e um mecanismo de transformação social que pode ser aferida na Constituição (1988). Em seu Art. 6º, estabelece que “são direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados” que se encontram na sociedade brasileira.

A Educação como um instrumento de transformação social ao dispor ao aprendiz a oportunidade de aprender, compreender e, possivelmente, mudar o seu contexto a partir do seu olhar crítico verbalizar, estabelecer relações e discussões, potencializar e transformar realidades. Eis uma das demandas de programas governamentais, a exemplo do PIBID, que pretende ampliar o letramento e promover a educação de qualidade para todos os cidadãos não é apenas meta, mas um imprescindível moral e social. A ausência de letramento vai além do simples saber ler e escrever (alfabetização). Refere-se à dificuldade em usar a leitura e a escrita de forma significativa e funcional nas práticas sociais cotidianas, como interpretar instruções, compreender notícias e participar de conversas. Pessoas não letradas podem ser alfabetizadas (decorar o código), mas não conseguem aplicar essas habilidades de forma plena, segundo Soares (2020).

Percebeu-se que, notadamente nos últimos trinta anos, os investimentos em ações que promoveram o desenvolvimento da infância, a exemplo do Estatuto da Criança e do Adolescente (Brasil, 1990), a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Brasil, 1996) e o Referencial curricular Nacional para a Educação Infantil (Brasil, 1998), mas não o suficiente e carecem de outras prioridades em todo o país, podendo representar a singular oportunidade para que se tornem indivíduos prósperos da sociedade, na tentativa de romper os ciclos de pobreza e desigualdade social.

Daí a importância de projetos, a exemplo do PIBID-UESC, para que se cumpra com o pleno desenvolvimento da infância, ações que contem com vivências sob as perspectivas da iniciação à docência junto às Licenciandas de Pedagogia nas suas ações, identificando





articulação entre universidade e comunidade através do compartilhamento de saberes entre profissionais da educação, dispor-se à promoção do aprender infantil.

É nesse sentido que o PIBID-UESC, aderiu ao programa a partir de 2010, já era um programa consolidado e tem acolhido inúmeros universitários para vivenciarem o mundo da docência e colaborando com inúmeras experiências formativas destes. Além de estabelecerem uma estreita relação junto aos professores e alunos das salas de aulas dos anos iniciais da educação básica de uma escola conveniada, possibilitando e articulando com firmeza as ações do tripé ensino, pesquisa e extensão. Ao tempo em que proporcionam reflexões sobre os processos ensino e aprendizagem crítica e mais amplos sobre o exercício da docência.

Observou-se, portanto, o reconhecimento de que foi na tentativa de superar as dificuldades da prática docente, que apronta a Portaria CAPES Nº 90, de 25 de março de 2024, dispõe sobre o regulamento do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência – PIBID, no Art. 4º, para fins desta, considera:

I – Iniciação à Docência: a inserção orientada e supervisionada dos estudantes de cursos de licenciatura em escolas públicas de Educação Básica, para que realizem atividades com níveis crescentes de complexidade e autonomia docente, de acordo com a fase do curso em que se encontra cada licenciando, contribuindo com o conhecimento e a vivência do seu futuro campo de atuação profissional durante toda a graduação.

Embora, recomenda, o Art. 52, no que se referem atribuições do bolsista de iniciação à docência:

V – Registrar as atividades de iniciação à docência em relatórios ou em relato de experiência, conforme definido pela CAPES, e entregá-los no prazo estabelecido.

Para tanto, fundamental orientar licenciandas para que adotassem linguagem acadêmica clara e reflexiva, aquela que vá além da simples descrição das tarefas. O foco deve ser as análises das experiências, dos aprendizados e das reflexões sobre a prática docente, no âmbito da crítica ao elaborar estratégias pedagógicas e suas abordagens para os temas de cada oficina inclusiva com investimento em ações pedagógicas promotoras do desenvolvimento na aprendizagem como prioridade do Subprojeto Interdisciplinar.

Um dos caminhos para esse repertório de conhecimentos a quem dispõem são os profissionais da Pedagogia. Assim, para contextualizar nossas discussões com aquelas lentes aprender a atuar a partir de uma escola pública, onde se abordam pontos voltados para os





saberes docentes e para a inclusão escolar. Cabe lembrar um dos objetivos referentes à Licenciatura em Pedagogia, um trabalho colaborativo do Subprojeto Interdisciplinar: Educação Inclusiva na Pedagogia e na Matemática, assim dispõem:

- Desenvolver ações interdisciplinares e inclusivas junto aos licencianda(o)s da Iniciação à Docência (ID) e Professor-Supervisor (PS) a partir de fundamentos teóricos e práticos para atuação no ensino fundamental (anos iniciais e finais) e médio, considerando os processos de ensino e aprendizagem visando o aprimoramento das práticas pedagógicas que contemplem a Pedagogia e a Matemática na Educação Básica.
- Discutir e valorizar junto aos bolsistas ID o trabalho docente na educação básica, incentivando a pesquisa colaborativa, Pedagogia Histórico-crítica e a resolução de problemas ou compreender um determinado fenômeno sob diferentes pontos de vista que favoreçam as ações interdisciplinar e inclusiva, bem como a produção acadêmica com base nas experiências vivenciadas em sala de aula junto aos professor-supervisor e os coordenadores de áreas da UESC.

As discussões a partir das ações do Subprojeto Interdisciplinar propuseram-se a refletir as práticas educativas inclusivas, aprimorando o olhar no âmbito individual de cada aluno, para intervir no coletivo de forma que cada um aprendesse a se desenvolver, além de potencializar seus pontos fortes. O interdisciplinar às práticas pedagógicas de forma integrar diferentes áreas do conhecimento, requer abordagens teórica e prática mais amplas, de forma a contextualizar os conteúdos estudados e os planejamentos.

As ações formativas ocorridas na UESC, junto às ações realizadas na escola conveniada de ensino e vinculada ao programa PIBID, disponibilizam situações outras para que as licenciandas tivessem um maior interesse na mediação da aprendizagem, com foco na Pedagogia. Por meio das formações acadêmica e continuada, adotaram-se práticas pedagógicas iniciais sensível e inclusiva, com ações possíveis de reverter os dados históricos de não-aprendizagem, que é tão presente entre os alunos com dificuldades de aprendizagem e com deficiência nas escolas públicas:

[...] A formação inicial de um professor, além da formação acadêmica, requer uma permanente mobilização dos saberes adquiridos em situações de trabalho, que se constituirão em subsídios para situações de formação, e dessas para novas situações de trabalho. (Gatti, 2013, p. 34)

Os trabalhos formativos se constituíram com subsídios teórico e prático, de forma que adotassem o âmbito interdisciplinar, com estudos voltados às práticas culturais da mediação e elaboração conceitual da aprendizagem inclusiva na escola.





Tentativas de garantir articulação entre ações de bolsistas da Pedagogia e do professor da escola pública, uma das finalidades deste Subprojeto Interdisciplinar e Inclusivo, ao estabelecermos ações de um trabalho colaborativo e interdisciplinar no curso do sistema de ensino. As atividades pedagógicas no âmbito interdisciplinar, conforme Fazenda (1999, p. 77), “[...] pressupõe, antes de mais nada, um ato de perceber-se interdisciplinar. Esse processo é lento, exige cuidado, critério e paciência”.

O professor que reflete *na* e *sobre* a prática da educação inclusiva, de acordo com Pletsch (2009), terão que saber pautar as metodologias pedagógicas sobre o desenvolvimento infantil no surgimento da educação especial e inclusiva, considerando que a inclusão vai além das questões estritamente cognitivas, é culturalmente, uma atividade humana. A compreensão de flexibilizar ações do currículo para atender as demandas dos alunos é uma demanda urgente e necessária.

Assim, discute-se o papel fundamental em todo o processo da/na prática cotidiana em sala de aula junto as licenciandas, pois é nessa “articulação entre os aspectos referentes à organização escolar e à realização ensino-aprendizagem [...]” (Pletsch, 2009, p. 11) que o trabalho se concretiza. O processo educativo é lento, principalmente no que se refere à prática em sala de aula, tendo como ponto de partida a metodologia adequada ao contexto dos alunos e que atenda às suas necessidades.

É no envolvimento do currículo que se negociam, e se promovem e se motivam ações que favoreçam a inclusão escolar, visualizando os conteúdos curriculares e modificando-se nas ações didáticas: justificação teórica, elaboração dos planejamentos e avaliações circulares. Assim, meras adaptações físicas e curriculares não são garantia de inclusão na escola comum; é preciso identificar e remover barreiras que impedem a participação plena dos alunos, assegurando condições equitativas de aprendizagem.

METODOLOGIA: RELATO DE EXPERIÊNCIAS FORMATIVAS

Trata-se de um relato de experiência do Subprojeto Interdisciplinar Inclusivo, com ações de um trabalho colaborativo e intervenções por meio de oficinas educativas sobre o desenvolvimento da aprendizagem, voltadas à formação de alunos do 3º e do 5º anos iniciais do ensino fundamental da educação básica de licenciatura em Pedagogia e Professoras Supervisoras e estudantes de uma escola pública.





A parceria Universidade-Escola ultrapassa o universo da formação inicial dos licenciandos, além de proporcionar novos horizontes à formação continuada dos professores da educação básica e ao pleno desenvolvimento de práticas voltadas à pesquisa crítica, reflexiva, questionadora sobre as ações propostas no âmbito escolar e social. Para tanto, os olhares voltados para as ações do planejamento pedagógico deste Subprojeto Interdisciplinar evidenciaram-se nas experiências formativas, a saber:

Na primeira fase, foram agendadas reuniões híbridas, pois estavam findando o ano letivo de 2024. A primeira reunião ocorreu através do Google Meet, lançando as expectativas e trilhas dos saberes com objetivo de conhecer e dinamizar ações do grupo durante os momentos formativos, bem com a composição dos subgrupos de estudos e planejamentos a serem realizados durante o ano letivo de 2025.

Na segunda fase aconteceu presencialmente, durante primeiro Encontro de Lançamento do PIBID/UESC, 2024, no auditório da UESC e, em seguida, (re)conhecimento do espaço escolar, futuro campo de atuação, mantendo contato inicial com o corpo docente e discente da escola. Ao tempo em que foram orientadas a fazerem observações dos espaços formativos, leituras documentais, tanto do Regimento e quanto do Projeto Político Pedagógico (PPP) da escola, para que aprendessem a estabelecer proximidade das ações estruturadas que compõem um sistema escolar público. Assim, se o professor estiver inteirado das normativas escolar, certamente conseguirá avaliar as suas ações conforme seus fundamentos teóricos agregados à instituição, e as suas análises da prática pedagógica em sala de aula se faz necessárias.

Assente-se essa proposição de emancipar os homens – especialmente, os professores das escolas públicas – como um dos fatores de escolha da questão investigativa para a sala de aula inclusiva. Busca-se responder questões de manifestações e concepções, invisibilidade institucional do aluno com deficiência quando “incluído” no ensino comum da educação básica. Tais inquietações sugerem analisar como a formação docente contínua pode colaborar para transformações e manutenções de práticas pedagógicas na educação inclusiva (Hora, 2020).

Na terceira fase, ocorreram as Reuniões Formativas, a exemplo da Oficina “PIBID: trajetórias, desafios, conquistas e transformações”, contando com relatos de uma professora supervisora convidada. Além disso, realizaram-se encontros decorrentes de aprofundamentos





para os eixos ‘interdisciplinar’ e da ‘inclusão’ a partir dos meios digitais. Cada equipe tornou-se responsável por compor o Círculo de Cultura Formativa Híbrida com o cine-pedagógico, a partir da sistematização das resenhas críticas a serem apresentadas nos slides no grupão filmes com *abordagem interdisciplinar*: Uma Odisseia no Espaço, O dilema das redes, Matrix e o Sorriso de Monalisa. E filmes com *abordagem inclusiva*, os filmes: O Enigma de Kaspar Hauser, Nenhum a Menos etc. Esse âmbito formativo inicial às licenciandas, juntamente com os professores supervisores, optaram pelos eixos temáticos e respectivo filme para aprofundamento da questão problema a ser estudado em equipe e partindo de uma situação-problema.

As atividades desenvolveram-se de modo reflexivo e contextualizado, para que pudessem adotar um perfil mais autônomo, crítico e consciente dos papéis na sociedade. Após exposições de suas sínteses de cada filme as discussões interativas permearam as relações argumentativas e sistêmicas, estimulando reflexões sobre o papel da escola na construção de um ambiente acolhedor e democrático, e o seu impacto na relação professor-aluno no processo de aprendizagem inclusivo.

Na quarta etapa, participaram de eventos formativos promovidos pela coordenação do Projeto de Extensão Diálogos Pedagógicos. A exemplo da Oficina de Saúde Mental na Hipermmodernidade, ministrada pelo psicólogo que abordou os desafios da saúde mental na educação, a importância do autocuidado para nossa profissão, diante de uma sociedade cada vez mais estão adoecidos e das demandas da atualidade. Além de outros eventos, destaca-se o Seminário de Pedagogia (Simped), bolsistas aprenderam a organizar eventos, a elaborar resumos, slides e trabalhos científicos, usar normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), entre outros aspectos acadêmicos.

O Subprojeto focou nas ações de recuperação das aprendizagens e nas especificidades dos alunos com deficiência dos 3º e 5º anos, sobretudo considerando os impactos da pandemia do COVID-19 na educação. E para complementar tais ações definiu-se planejamentos pedagógicos, adequações curriculares, confecção de jogos para que abordassem noções das áreas de conhecimentos, principalmente da Língua Portuguesa (de maneira especial para as atividades que trabalhassem os níveis da escrita: o pré-silábico, silábico e silábico alfabético). Inicialmente, as licenciandas fizeram avaliação de escrita espontânea individualmente, utilizando “Alfabeto Móvel”, de forma lúdica o exercício da escrita de forma despretensiosa





na perspectiva da alfabetização de Soares (2020) e aprofundamento também acerca da leitura dos alunos.

Além de noções básicas da Matemática, a partir da “internalização do número”, compreendido como apreensão de significados relacionados ao e à quantidade, desenvolveram-se atividade coletiva de Ciências sobre “O ciclo da água”, promovendo interação e colaboração entre os alunos. Aqui destacam-se a “função primeiro constrói-se no coletivo em forma de relação entre as crianças, depois constitui-se como função psicológica da personalidade.” (Vigotski, 2000, p. 29).

No entanto, em casos de dificuldades de aprendizagem, com esses mesmos jogos pedagógicos, reaplicou-se o sentido e o significado de leitura e da escrita dos diferentes ritmos de aprendizagens dos alunos. As atividades fundamentaram-se na perspectiva teórica da mediação Histórico-Cultural de Vygotsky (1998), a partir da mediação didático-pedagógica da aprendizagem e diferentes aspectos de uso do lúdico, de “brincadeiras interativas contribuem ao desenvolvimento cognitivo e, ao mesmo tempo, as aprendizagens das frases que as acompanham” (Kishimoto, 1998, p. 142).

Ressalta-se que a função de aprendizagem envolve uma integração sensorial que resulta no planejamento motor para ocasionar o comportamento motor correspondente. E as três unidades funcionais cerebrais descritas por Lúria intervêm nestes processos envolvidos na psicomotricidade, assim como na aprendizagem simbólica (leitura, escrita e cálculo), reorganizando-os progressivamente. A função tônica integra a história das informações exteriores e inter-relacionam-se (Fonseca, 1993, p.52). Sintetizando é responsável pela inter-relação recíproca entre a motricidade e o psiquismo.

As vivências fundamentadas parecem reforçar a importância da educação inclusiva, sobretudo quando se considera as diferentes dimensões que compõem o desenvolvimento de cada aluno, conforme a perspectiva biopsicossocial da deficiência. Nessa compreensão ampliada, reconhece-se que as barreiras presentes no ambiente escolar – pedagógicas, comunicacionais, atitudinais e estruturais – podem impactar diretamente as formas como cada estudante participa e aprende. Assim, as adequações curriculares devem ser planejadas não apenas a partir de diagnósticos clínicos, mas considerando as condições sociais, emocionais e culturais que atravessam a vida dos estudantes e influenciam seus processos de aprendizagem.





Nesse sentido, torna-se ainda mais evidente a relevância das atividades lúdicas para promover engajamento, interação e sentido às práticas pedagógicas, bem como a necessidade de acompanhamentos individualizados que reconheçam as singularidades e potencialidades de cada aluno. Essas ações, articuladas a um currículo flexível e acessível, configuram-se como um desafio constante para todos os alunos público da Educação Especial.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As vivências relatadas nesse contexto do Subprojeto Interdisciplinar em Educação Inclusiva da Educação Básica especialmente na Pedagogia, permitiram construir uma síntese dos aprendizados de modo prático e objetivo. O que antes era desconhecido tornou-se próximo a partir do envolvimento das bolsistas, revelando a importância da mediação docente e do complexo trabalho desenvolvido por professores e aprendizes. A construção da identidade docente, é continuamente forjada por meio de trocas de experiências e pelo diálogo entre teoria e prática.

Iniciativas como o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID) constituem oportunidades significativas para as licenciandas ampliarem os laços formativos entre escola e universidade. Esses espaços favorecem a inovação pedagógica, fortalece o trabalho cada vez mais colaborativo, com o desenvolvimento de ações pedagógicas criativas, com um espírito acadêmico-crítico e em respeito ao bem-estar humano. A partir dessas experiências tornou-se possível atender com maior qualidade os alunos, público da Educação Especial incluído na escola comum.

As bolsistas aprenderam a registrar e sistematizar ações desenvolvidas durante o cumprimento do subprojeto, através de anotações nos relatórios, atas das reuniões e nos diários das intervenções da prática pedagógica, através de fotos e vídeo. Após a aplicação das atividades durante o período de participação, tantos das turmas do 3º ano, como do 5º ano, foi evidente observar um resultado das crianças após as práticas mediadas, uma melhoria na leitura e, principalmente na escrita, avanços dos níveis de alguns, exceto daqueles alunos faltosos nos dias das ações Pibidianas.

Há indícios daqueles alunos que se encontravam nos níveis silábicos com valor sonoro com a mediação das atividades evoluíram para silábico-alfabético, e do nível alfabético para o nível ortográfico. Ao efetivar essas práticas inclusivas, ficou evidente que os estudantes





aprendiam mais com as atividades lúdicas, algo motivador, ou seja, algo que lhes arrancassem da rotina de aulas teóricas que estavam habituados. Fizeram uso de fundamentos das atividades psicomotoras para o desenvolvimento infantil, conforme os marcos teóricos do desenvolvimento nas áreas comportamental, social, linguagem, motora fina e grossa e promoveram e os aspectos neurológicos.

Assim, o PIBID-UESC demonstrou contribuir para a ampliação sobre as práticas pedagógicas inclusivas. Compreendeu-se, igualmente, que nem todas as práticas escolares são, de fato, inclusivas; contudo, é dever de um educador sensível pautar ações que eduquem o olhar para o entorno, de modo que ‘ninguém fique de fora’ ou ‘nenhum a menos’, pois cada atitude importa e produz efeitos concretos. Atender às demandas específicas implica responder às aprendizagens conforme o ritmo e a temporalidade de cada estudante, e isso repercute diretamente no processo formativo.

Ao mesmo tempo, em que ratificaram os objetivos do Subprojeto Interdisciplinar, uma vez que foram discutidos incansavelmente os planejamentos e encaminhamentos das intervenções em sala de aula, com seções de aprofundamentos teóricos e práticos. Esses momentos favoreceram a consolidação de conhecimentos sobre a importância da inclusão na escola e do papel da universidade na comunidade.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. **Plano de afirmação e fortalecimento da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília, DF: MEC, 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes curriculares nacionais gerais para a Educação Básica: diversidade e inclusão**. Organização: Clélia Brandão Alvarenga Craveiro; Simone Medeiros. Brasília, DF: Ministério da Educação, 2013.

FONSECA, Vitor da. **Manual de observação psicomotora: significação dos fatores psicomotores**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.

GATTI, Bernadete A. Formação inicial de professores para a educação básica: as licenciaturas. **Revista USP**, São Paulo, n. 100, p. 33-46, dez./jan./fev. 2013/2014. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revusp/article/viewFile/76164/79909>. Acesso em: 25 out. 2025.

HORA, Genilson Soares. **Práticas pedagógicas inclusivas: percepção das educadoras brasileiras e lusitanas**. 2020. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação,





Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2020. Disponível em:
<https://repositorio.ufba.br/handle/ri/34509>. Acesso em: 4 maio 2025.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Coordenação de Trabalho e Rendimento. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua): Educação: 2022**. Rio de Janeiro: IBGE, 2023.

KISHIMOTO, Tizuko Morchida (org.). **O brincar e as suas teorias**. São Paulo: Pioneira, 1998.

SOARES, Magda. **Alfabetizar: toda criança pode aprender a ler e a escrever**. 1. ed. São Paulo: Contexto, 2020.

VIGOTSKI, Lev Semiónovitch. Manuscrito de 1929. **Educação e Sociedade**, Campinas, ano XXI, n. 71, p. 21-44, jul. 2000.

